

AGRONEGÓCIO: ENTRAVES, AVANÇOS E PERSPECTIVAS DO SETOR SUPORTE DA ECONOMIA BRASILEIRA E A REPERCUSSÃO DA CRISE INTERNACIONAL DE ALIMENTOS

Ana Letícia PINTO RAULINO (1); Pollyana Cibele PEREIRA COSTA (2)

(1) Graduanda em Tecnologia em Comércio Exterior – CEFET-RN. Largo interventor Ubaldo Bezerra, 1922
Candelária, Natal/RN, (084) 32317924, E-mail: analeticia7@hotmail.com

(2) Graduanda em Tecnologia em Comércio Exterior – CEFET-RN e Direito – UERN E-mail:
pollyanacosta88@hotmail.com

A história econômica brasileira, com suas implicações sociais, políticas e culturais, tem fortes raízes junto ao agronegócio. Com um clima diversificado, chuvas regulares energia solar abundante e uma área cultivável que impressiona pela imensidão, o Brasil tem grande potencial de operar em larga escala no agronegócio internacional. Tal atividade é hoje a principal locomotiva da economia brasileira. Nos últimos anos, poucos países tiveram um crescimento tão expressivo no comércio internacional do agronegócio quanto o Brasil. Sobre esse foco, o trabalho em questão tem por objetivo, através de uma pesquisa exploratório-descritiva, baseada em dados bibliográficos, analisar e discutir estratégias de promoção comercial internacional que impulsionam e diferenciam o agronegócio brasileiro, os fatores associados ao seu modelo de crescimento, seu desempenho, suas perspectivas futuras e políticas a serem implementadas nesse âmbito, bem como o reflexo da crise internacional de alimentos no setor.

Palavras-chave: Agronegócio, Comércio Internacional, Economia Brasileira, Crise Internacional de Alimentos.

1 introdução

As relações comerciais internacionais pujantes, fomentadas pela tendência voraz da globalização que culmina por dinamizar e integrar cada vez mais os mercados mundiais, configuram-se como referencial de desenvolvimento.

De tal forma, as nações se empenham, paulatinamente, na tentativa de desenvolver mecanismos que venham a incrementar as relações comerciais como incentivos, subsídios e acordos, assim, consolidando países diante da conjuntura econômica internacional.

Em consonância com este cenário, o Brasil também busca uma maior inserção na economia mundial, valendo-se, para tal, de sua grande capacidade produtiva, biodiversidade e recursos naturais abundantes.

Isso posto, denota-se o expressivo impulso nas exportações brasileiras, com relevo, principalmente, no que diz respeito às atividades relacionadas ao agronegócio que cada vez mais consolida o Brasil diante do mercado internacional, eis que já responde por um terço do PIB do país, graças a aspectos naturais favoráveis, tais como diversas gradações de clima, sol em abundância, oferta de água doce e disponibilidade de 390 milhões de hectares em terras férteis destinadas para a agricultura¹.

Como reflexo de tal cenário, a venda de produtos agropecuários para o exterior aumentou em mais de 100% o saldo comercial dos últimos 12 anos. Neste ritmo, conforme prognóstico da Conferência das Nações Unidas para o Comércio e o Desenvolvimento (Unctad), dentro de uma década, o Brasil será alçado à categoria de maior produtor de alimentos do mundo.

Essa tendência reforça o caráter agro-exportador sempre vinculado à economia brasileira, que hoje em dia, apesar dos notórios avanços de outros setores econômicos, ainda corresponde ao mais expressivo componente do Produto Interno Bruto brasileiro.

É neste sentindo que os produtos oriundos das atividades agrícolas brasileiras revestem-se de notoriedade ganhando cada vez mais espaço no mercado interno e principalmente no mercado externo. Pode-se dizer que o agronegócio vem se transformando na escola de negócios internacionais, abrindo novos mercados e novos relacionamentos para os demais segmentos.

A produção brasileira de grãos vem batendo sucessivos recordes graças ao incremento das produtividades médias obtidas. Investimentos em pesquisa e tecnologia tornaram alguns produtos brasileiros os mais competitivos do mundo, compensando alguns subsídios concedidos nos países concorrentes. Além disso, com as safras recordes, o Brasil atraiu grandes empresas internacionais que contribuíram na melhoria da qualidade produtiva da agroindústria, alçando maior competitividade, atingindo padrões internacionais.

Diante de tal realidade, urge a necessidade de se analisar mais enfaticamente a forma como tem se estruturado a dinâmica comercial no âmbito do agronegócio brasileiro, dada sua crescente e incessante internacionalização, bem como sua relevância, visto que vem proporcionando cada vez mais empregos, renda, divisas e desenvolvimento, cabendo ainda enlevar os atuais impasses que circundam o setor, de forma que estes são os elementos sobre os quais debruça-se analiticamente o presente artigo.

2 O potencial agro-exportador e os fatores associados ao seu modelo de crescimento

O Brasil situa-se no contexto internacional atual como celeiro mundial em termos de agronegócio. O país possui 22% das terras agricultáveis do mundo, conta com clima diversificado, chuvas regulares, energia solar abundante e quase 13% de toda a água doce do planeta, segundo abordagem de Roberto Rodrigues (2006), além de elevada tecnologia utilizada no campo, dados estes que fazem do agronegócio brasileiro um setor moderno, eficiente e competitivo no cenário internacional.

Todo este cenário enquadra-se num processo evolutivo que remonta para o século XVI. A ocupação iniciada durante tal século, apoiada na doação de terras por intermédio de sesmarias, nas quais desenvolveram-se a atividade monocultura da cana-de-açúcar, na porção litoral do território, mediante utilização do regime escravocrata, sendo, pois, responsável pela expansão do latifúndio. Antes da expansão deste sistema monocultor já havia se instalado no país, como primeira atividade econômica, a extração da madeira de pau-brasil, porém, a extinção desta espécie vegetal coincidiu com o início da plantação da lavoura canavieira, que durante esse período serviu de base e sustentação para a economia.

Já em áreas do sertão, onde as condições ambientais não eram favoráveis à expansão do cultivo da cana, desenvolveu-se a grande propriedade voltada para a pecuária de corte, visando ainda o abastecimento de pequenos centros urbanos para o fornecimento de animais de tração às áreas canavieiras. Aliada as atividades já supracitadas, deu-se ainda agricultura de subsistência voltada para o abastecimento local. Tal cenário perdurou até o século XVIII, quando a mineração passou a ser a principal atividade do país. Essa nova atividade foi responsável pelo aumento de áreas voltadas para agricultura de subsistência e promoveu o aparecimento de propriedades de menores dimensões, dedicadas à produção de alimentos, com fins comerciais.

No século XIX tem-se início a fase de grande expansão da ocupação do território brasileiro, sobretudo na região Sudeste, motivada pela difusão de novas terras e o conseqüente aumento do tamanho das propriedades, aliado à explosão de atividade cafeeira que se identificava em tais contornos.

No século XX sucessivas crises de abastecimento eventualmente ocasionadas em função do predomínio econômico do café e da cana-de-açúcar, voltados para o mercado externo, desencadeou, então, o aparecimento de pequenas e médias propriedades dedicadas ao cultivo de produtos alimentícios básicos. O crescente processo de urbanização do Brasil, atrelado ao desenvolvimento industrial verificado a partir da década de 40, contribuiu para o surgimento de áreas agrícolas destinadas à produção de matérias-primas industriais, de produtos hortifrutigranjeiros e de uma pecuária leiteira desenvolvida nos contornos dos planaltos.

Assim, se mostra factual que a atividade agrícola brasileira se revestiu de sucessivos acréscimos tanto de produtos como de mecanismos produtivos de cultivo ao longo dos anos, fomentando, pois, o estabelecimento do agronegócio enquanto máxima da economia nacional, englobando todo o território brasileiro, sendo as regiões centro-oeste, sul e sudeste os pólos mais desenvolvidos nesses termos. No entanto, as regiões norte e nordeste vêm apresentando crescimento significativo nos últimos anos, o que corrobora o desenvolvimento da atividade em âmbito nacional como um todo, o que já garante ao Brasil ser, atualmente, o maior exportador mundial de oito commodities (açúcar, café, suco de laranja, complexo de soja, carne bovina, carne de frango, tabaco e etanol), sendo o potencial de crescimento nestas e em outras cadeias ainda muito grande.

Os recordes sucessivos nas colheitas e vendas de produtos agropecuários dos últimos tempos, ressaltam o dinamismo que o agronegócio brasileiro vem galgando, tanto no que se refere aos parâmetros de qualidade, quantidade, geração de empregos e internação de divisas. Tudo isto advém, em grande parte, da conjugação de fatores como o desenvolvimento científico - tecnológico de atividades no campo, que contribui para a modernização da agricultura, tornando-a um processo dinâmico, haja vista contar com um número cada vez maior de recursos que corroboram seu implemento tais como maquinários modernos, sementes

¹ Vide Anuário EXAME Agronegócio 2006/2007

geneticamente aperfeiçoadas, fertilizantes, adubos e artifícios promotores do controle de pragas e doenças vegetais.

É deste modo que o Brasil vem delineando potencialidades que, aliadas a sua capacidade produtiva, torna o país, atualmente, capaz de produzir o suficiente para alimentar sua população de mais de 185 milhões de habitantes. Ademais, dos bens agrícolas produzidos no país, conforme dados provenientes do Ministério da Agricultura, pecuária e abastecimento, 80% destinam-se ao consumo doméstico e os 20% restantes, compostos por mais de 1,8 mil produtos, são vendidos para mais de 200 países, dentre os quais os Estados Unidos, países da União Européia e do Mercosul. Muito embora o país esteja aumentando sua presença em outros setores econômicos e consolidando-se perante novos mercados como o asiático, o africano e do Oriente Médio, o agronegócio ainda é o maior setor da economia brasileira, representado quase 30% do PIB nacional, gerando 37% de todos os empregos e respondendo por 40% das exportações, sustentando o saldo da balança comercial brasileira.

Vale-se destacar que o respaldo que o produto agrícola brasileiro possui no exterior deve-se, em grande parte, as estratégias de promoção internacional. Nesse sentido, a Agência brasileira de Promoção de Exportações (APEX) tem desempenhado importante função. Criada em novembro de 1997 por Decreto Presidencial, a APEX vem coordenando e executando, ao longo dos anos, políticas de promoção do país, inserindo cada vez mais empresas no mercado internacional e diversificando a pauta dos produtos exportados, aumentando o volume vendido e abrindo novos mercados, além de estar permanentemente consolidando os atuais. Tudo isso atendo-se à complexidade da economia brasileira mas, principalmente, ao alto grau de sofisticação da comercialização de bens e serviços nos mercados globalizados, eis que vem desenvolvendo sistemas de planejamento, gestão estratégica e de inteligência comercial, aumentando significativamente o número de atividades e ações de promoção do Brasil no mundo, mediante, primordialmente, ações de marketing, feiras e workshops com produtos brasileiros no exterior, sendo diuturnamente imprescindível para a divulgação e consolidação da Marca Brasil em âmbito internacional.

3 Os entraves que obstaculizam o setor, políticas governamentais e perspectivas futuras

Em pouco mais de três décadas de existência, a Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária, (Embrapa), tem auxiliado o setor fornecendo informações concernentes aos recursos climáticos, ao solo, a água e vegetação das distintas regiões brasileiras, a criação de sistemas de manejo e transformação desses recursos com correção dos solos, plantio direto, adubação, fixação biológica de nutrientes, irrigação, controle biológico de pragas e práticas de conservação de forma a aumentar a eficiência produtiva desses ecossistemas e sua sustentabilidade ambiental. Atualmente a Embrapa centra-se na dependência da base de recursos naturais e do uso de serviços ambientais do agronegócio, haja vista que esta dependência agrava-se com a “perspectiva das mudanças ambientais globais, com as elevações de temperatura já detectadas, alterações nas distribuições de intensidade de chuvas, desequilíbrios na ecologia de pragas e doenças que representam riscos substantivos para a viabilidade técnica, econômica, ambiental e social do agronegócio em países tropicais” conforme propõe Silvio Crestana², diretor-presidente da Embrapa.

Também as barreiras técnicas não-tarifárias para acesso a mercados para cuja solução deve concorrer a intensificação do esforço interdisciplinar da pesquisa em ciências sociais e naturais. Tais barreiras já instaladas e com expectativas de se tornarem mais restritivas, referem-se às de natureza ambiental e social. A globalização das relações sociais e econômicas adiciona a esses desafios a necessidade de intensificar os conhecimentos, meios e instrumentos de inteligência e de defesa sanitária do agronegócio, com a complexidade crescente, fazendo identificar antecipadamente a necessidade de avanços científicos e tecnológicos nas frentes de prevenção, diagnóstico, epidemiologia, controle e manejo de pragas e doenças, uma vez que as questões sanitárias atinentes ao agronegócio ainda são passíveis de ampla regulamentação posto que concorrem fortemente para inibir o avanço do setor.

² Vide: Informe BB .Comércio Exterior. ed. 67, ano 15. 2007

O Acúmulo, ao longo da existência do Acordo geral sobre Tarifas e Comércio (GATT), de significativas distorções na comercialização de produtos agrícolas por parte dos países desenvolvidos, incluindo restrições quantitativas, barreiras tarifárias e não-tarifárias, níveis elevados de subsídios e formas desleais de competição, trouxe a necessidade da busca de integração da agricultura nas disciplinas multilaterais de comércio, que teve como primeiro passo a assinatura do Acordo sobre Agricultura na Rodada do Uruguai, quando ficou estabelecido aumentar o acesso a mercados, diminuir os níveis de apoio doméstico, e disciplinar as formas de competição nas exportações.

A Rodada de Doha, primeira rodada de negociações ocorrida no âmbito da Organização Mundial do Comércio (OMC), organização subsequente ao GATT (Acordo Geral de Tarifas e Comércio), deu continuidade às negociações sobre esta questão, considerada prioridade absoluta pelo Brasil. Tendo sempre presente na pauta de negociações os conflitos de interesse entre os países desenvolvidos e em desenvolvimento, a grande novidade foi a disposição mais evidente de uma atuação conjunta do bloco dos mais desfavorecidos, que pleiteavam de forma uníssona a redução de subsídios nos países industrializados e o fim das barreiras ali existentes à entrada de produtos oriundos de seus territórios. Havia os que apostavam numa possível fratura da aliança entre União Européia e Estados Unidos, de maneira a constrirem estes últimos a aceitarem algum recuo. Assim, anos se seguiram, a Rodada prosseguiu em novas tentativas ocorridas em Genebra, Paris, Hong Kong e Potsdam, porém, o esperado cenário jamais se concretizou.

A engenhosidade do ambiente diplomático chegou a criar a figura do G-4, para designar uma mesa negociadora envolvendo os Estados Unidos, a União Européia e dois representantes do “resto do mundo” (Brasil e Índia). Mas a recusa dos primeiros em abrir um mínimo de debate sobre o tema central fez com que o impasse saísse vitorioso. O prazo de 2007, estipulado para o fim das negociações, chegou sem lograr nenhum avanço. Em face de tal ausência de resultados, os países menos desenvolvidos continuam com as mesmas dificuldades para fazer suas exportações penetrarem os mercados de maior poder aquisitivo.

É notória a necessidade, no âmbito das negociações internacionais, que se apresente a abertura agrícola. “O desafio é reduzir o abismo entre países ricos e pobres”, conforme revela Mauro Rezende (2007). Os ricos podem pagar para seus agricultores não produzirem, enquanto os emergentes precisam produzir para pagarem suas dívidas, o que revela uma condição desigual de competitividade, na qual saem prejudicados, torpemente, os países em desenvolvimento haja vista a impossibilidade de paridade comercial mediante o mercado internacional.

Assim sendo, se mostra salutar o questionamento acerca da agricultura no âmbito da rodada de Doha. Os obstáculos vislumbráveis neste âmbito, porém, apontam para as propostas, consideradas modestas, “tanto de redução dos programas de apoio doméstico à renda agrícola pelos EUA, como para as ofertas limitadas da União Européia de acesso a mercados”, segundo apontamentos de Lia Valls (2006).

Recentemente, em julho deste ano, foi realizada mais uma rodada de negociações, em Genebra, Suíça. Tal reunião era considerada decisiva para a Rodada de Doha, porém, as discussões sobre a liberalização do comércio mundial fracassaram pela quinta vez. Foram nove dias de reuniões com declarações que chegaram a sinalizar que um final feliz poderia estar próximo, até o diretor-geral da OMC, Pascal Lamy, reconhecer mais um impasse.

Em reportagem intitulada “A Rodada de Doha ficou para trás”³, o jornalista Gustavo Capdevila aponta o desfecho de Doha em menção aos comentários proferidos por algumas personalidades internacionais imersas na égide da Rodada, como a subsecretária de Economia do México, Beatriz Leycegui, a qual considerou o fracasso de Doha “uma perda para todo o mundo, porque ocorre em meio a uma crise econômica muito forte, onde há protecionismo e falta credibilidade no sistema multilateral”. “Nessas condições, era urgente obter um resultado”, disse. Jeremy Hobbs, diretor da Oxfam Internacional, uma das mais respeitadas e conhecidas ONGs, focada no combate à fome e à exclusão social, disse estar decepcionado com o ocorrido. “Quando os preços dos alimentos e da energia sobem e que as perspectivas da economia mundial se mostram incertas, o número de pobres cresce sem parar”, afirmou. “Por isso, um acordo comercial decente teria dado a oportunidade de prevenir o agravamento da pobreza”, disse Hobbs. Por sua vez, Aftab Alam Khan, da

³ Disponível em: <http://www.mwgloba.org/ipsbrasil.net/nota.php?idnews=3997>

ActionAid, entidade dedicada à promoção do desenvolvimento, atribuiu a responsabilidade do fracasso aos Estados Unidos e à União Européia, “que não puderam pensar além dos interesses de suas empresas multinacionais, que querem se apropriar de todas as oportunidades nos mercados dos países pobres. O fato de Estados Unidos e União Européia responsabilizarem China e Índia pelo ocorrido é de fazer rir”, concluiu.

Assim, o que se pode ter relativa certeza, é que a realização de acordos regionais bilaterais tende a ganhar novo ímpeto com os cenários pouco otimistas em relação às negociações multilaterais, o que denota, para a economia internacional, um lastimável retrocesso.

Aliados aos desafios de ordem internacional, conforme analisados supra, denota-se ainda aqueles tocantes ao câmbio desfavorável dada a realidade atual, onde a taxa de câmbio efetiva real, no plano macroeconômico, tem se destacado a apreciação da moeda nacional, uma vez que o preço do dólar vem declinando sistematicamente, em termos nominais, desde maio de 2004. Em termos reais isso representa razoável apreciação cambial, com impacto desfavorável sobre a lucratividade das exportações. Se esta tendência perdurar, pode ocorrer um menor dinamismo das exportações, pois o câmbio apreciado afeta a competitividade dos bens transacionados.

Ademais o setor ainda resvala em outros grandes obstáculos tais quais a Infra-estrutura precária, a inexistência de instrumentos financeiros modernos para financiamento e proteção, e políticas de crédito incipientes.

Neste âmbito, no intuito de atenuar os gargalos do setor, pacotes de medidas governamentais consoantes a expansão do volume de recursos do crédito rural e queda da taxa de juros a ser cobrada em programas de cooperativas e de compras de máquinas e equipamentos mostram-se salutares, porém, insuficientes para gerir as mazelas do agronegócio brasileiro. A concessão de maiores descontos e aumento do prazo para o pagamento de dívidas passadas também garantem maior fôlego ao setor, porém muito ainda há que ser implementado, eis que o presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, debruça-se atualmente sobre a medida provisória que trata da reestruturação da dívida do setor rural, bem como do Projeto de Lei Complementar criando o Fundo de Catástrofe, um tipo de resseguro para o setor agrícola que será acionado em caso de perdas de safra motivadas por desastres naturais.

A proposta é de que o fundo substitua o Fundo de Estabilidade do Seguro Rural (FESR), e funcione como um instrumento de resseguro suplementar no caso de ocorrência de catástrofes climáticas.

A previsão é de que o fundo seja constituído por um consórcio privado que contará com a contribuição das seguradoras e com subvenção pública. A idéia é que a subvenção pública para a atividade operacional do consórcio seja eventual e que seja oferecida tanto pelo Governo Federal quanto pelos governos estaduais interessados em ampliar a oferta do seguro rural. O projeto de lei prevê também uma garantia suplementar da União no caso da insuficiência de recursos do consórcio. Essa garantia terá caráter definitivo e será constituída por títulos da dívida pública mobiliária federal interna que ficarão depositados em um banco público federal à disposição do consórcio. Pelo projeto, o consórcio poderá realizar operações de resseguro e fazer aplicações financeiras dos recursos disponíveis em caixa.

O Fundo de Catástrofe, conforme já mencionado, substituirá o atual Fundo de Estabilidade do Seguro Rural que não vem desempenhando satisfatoriamente as funções para as quais foi criado. Entre os vários problemas enfrentados pelo FESR destacam-se a indisponibilidade de seus recursos e a baixa adesão das seguradoras. A expectativa assim, é que com a efetivação do novo Fundo, aliada às ações de incentivo ao seguro rural implementadas pelo Governo Federal, aumente significativamente a oferta de coberturas para a produção agropecuária, o que contribuirá com o desenvolvimento do setor de seguro rural, instrumento fundamental para proteger o produtor das perdas resultantes de adversidades climáticas, garantir a estabilização da renda e promover a geração de emprego e o desenvolvimento tecnológico.

4 A CRISE INTERNACIONAL DE ALIMENTOS, OS BIOCOMBUSTÍVEIS E SEUS REFLEXOS NO ÂMBITO DA ECONOMIA BRASILEIRA

É mediante os incessantes recordes de preço dos barris de petróleo que o mundo reage na busca por soluções alternativas. Retoma-se, assim, discursos ecologicamente corretos pautados na defesa de combustíveis alternativos como forma de viabilizar a vida na terra, porém secundariamente, uma vez que os

bicombustíveis protagonizam sim o intento dos países de promover paulatinamente uma menor dependência do petróleo, que se revela desmesuradamente ameaçadora dados os arroubos intempestivos de preço que o item tem alcançado em âmbito internacional.

Assim, discussões acerca do aumento de áreas cultiváveis de espécies vegetais que proporcionariam tal intento como a cana-de-açúcar, por exemplo, se constituem em máxima no cenário internacional atual.

Noutro pólo, o mundo assiste atônito uma inimaginável, porém previsível, crise de alimentos. Eis que surge o embate: seriam os biocombustíveis possíveis ameaças a manutenção da crise internacional de alimentos?

Em artigo intitulado “Escassez de alimentos é passageira?”⁴ o economista e analista de mercado da Federação da Agricultura e Pecuária de Goiás (Faeg), Pedro Arantes, aponta os biocombustíveis como sendo apenas um dentre os vários elementos que concorreram para a tal crise. Ele ressalta que o atual cenário já se delineava desde meados do ano de 2001, evidenciando a “crise entre a oferta e a demanda mundial dos três principais tipos de grãos consumidos no mundo: trigo, milho e arroz. Juntos, eles correspondem a cerca de 1,8 bilhões de toneladas por ano, representando 88,5% do total de grãos produzidos, que efetivamente tiveram seus estoques mundiais reduzidos em 199 milhões de toneladas entre 2001 e 2007.”

O articulista ressalta ainda a soja, o quarto produto de maior importância na alimentação mundial, que corresponde a cerca de 11,5% desta demanda. Mesmo apresentando uma posição confortável de estoque na atualidade, o grão teve seu preço elevado em decorrência da interação dos mercados agrícolas.

Assim o autor pontua essa crise de suprimento de alimentos como decorrente de problemas estruturais de solução de médio e longo prazo, e por fatores conjunturais como os problemas climáticos. Dentre os fatores estruturais, o que parece ser de mais difícil solução – e que já vem se arrastando por quase cinco anos de discussão – são os subsídios concedidos pelos países e continentes desenvolvidos como os Estados Unidos e a Europa, tal qual as questões já supracitadas concernentes ao impasse da Rodada de Doha.

Os subsídios foram os responsáveis pelos baixos preços internacionais nos anos de 2004 a 2006 e, conseqüentemente, pela redução na produção dos países que não subsidiam seus produtores, como é o caso do Brasil. Já na questão da demanda, o aspecto estrutural mais importante é o consumo, cuja tendência é de aumentar, principalmente em países com elevadas taxas de crescimento econômico e muito populosos como a China e a Índia.

Para agravar este contexto de oferta e demanda de grãos, verificou-se ainda “nas duas últimas safras o crescimento muito acentuado do consumo de milho nos Estados Unidos para a produção de etanol, coincidindo com uma conjuntura climática desfavorável na Europa, China e Austrália, que tiveram suas safras de grãos bastante afetadas”, conforme dispõe Pedro Arantes.

A crise financeira dos Estados Unidos é outro aspecto conjuntural que veio para agravar mais ainda os níveis de preços dos grãos no mercado mundial. “Ela causou uma grande migração de capitais especulativos para as bolsas de mercados futuros agrícolas, provocou uma alta artificial nos preços destas commodities e gerou uma grande volatilidade em suas cotações”, arremata o economista.

O articulista americano Paul Krugman também elenca alguns fatores que corroboraram a crise, como os altos custos do petróleo: “High oil prices, by the way, also have a lot to do with the growth of China and other emerging economies. Directly and indirectly, these rising economic powers are competing with the rest of us for scarce resources, including oil and farmland, driving up prices for raw materials of all sorts”⁵. (Inclusive do petróleo).

⁴ Disponível em: <http://www.portaldogronegocio.com.br/conteudo.php?id=23796>

⁵ Tradução livre: “(...) os altos preços do petróleo muito tem a ver com o crescimento da China e de outras economias emergentes. Direta e indiretamente, estas potências econômicas em ascensão estão competindo com os demais países por recursos escassos, incluindo petróleo e terras agrícolas, elevando os preços de matérias-primas de todo tipo”. KRUGMAN, Paul. Grains Gone Wild. Disponível em: http://www.nytimes.com/2008/04/07/opinion/07krugman.html?_r=1&oref=slogin

E o autor assevera: “Modern farming is highly energy-intensive: a lot of B.T.U.’s go into producing fertilizer, running tractors and, not least, transporting farm products to consumers. With oil persistently above \$100 per barrel, energy costs have become a major factor driving up agricultural costs”⁶.

Ainda no tocante a crise, Krugman ressalta também os estoques nacionais de alimentos, estes que costumeiramente eram mantidos pelos países para a ocasião de eventuais safras ruins, foi ao longo dos anos encolhendo, uma vez que todos acreditavam que os países que sofressem quebra de safra sempre poderiam importar o alimento necessário, deixando o equilíbrio mundial de alimentos altamente vulnerável a uma crise tal qual a que se desenha atualmente.

Muito embora tal tendência revele-se peremptoriamente catastrófica para muitos países, para a América Latina, e mais precisamente para o Brasil, a crise pode revelar-se no mínimo conveniente. Eis que é uníssono internacional que a região é a mais “habilitada” para reverter a crise que hoje se presentifica.

A América do Sul é uma das poucas regiões do mundo com condições de aumentar sua área de produção e sua produtividade, haja vista a disponibilidade de terras cultiváveis, tendo, por conseguinte amplas condições de majorar a produção agropecuária. No tocante ao Brasil, é um país que tem terra, água, sol, condições geográficas, tecnologia avançada e a maior estrutura de pesquisa agrônoma de qualidade no que concerne ao cenário latino americano.

Vislumbrando tal oportunidade, o presidente Luiz Inácio Lula da Silva afirmou que a crise internacional dos alimentos é um desafio “positivo” para o país. “Se essa crise dos alimentos é um problema para alguns, para nós é uma oportunidade extraordinária”, disse ele, em discurso durante a posse da nova diretoria do Sindicato dos Metalúrgicos do ABC, em São Bernardo do Campo (Grande São Paulo), em 02 de agosto deste ano. Em seu discurso, o presidente afirmou que, para combater a alta dos preços, elevar a produção será a principal arma. A meta, segundo ele, é dobrar a produção da agricultura familiar até 2010. “A palavra de ordem deste governo para combater a inflação e a crise americana é aumentar os investimentos em produção”, acrescentou, segundo reportagem do jornalista Fernando Antunes⁷.

Vale-se ressaltar que apesar dos muitos predicados a favor do país, insurge ainda a necessidade de se investir em equipamentos e atrair mão-de-obra para a agricultura sem que isso agrave as desigualdades, ou seja, incentivar a agricultura familiar, as cooperativas e os pequenos produtores e, por fim, a reforma agrária mostra-se salutar mediante tal contexto.

⁶ Tradução livre: “A agricultura moderna é altamente intensiva em energia. Muita é usada na produção de fertilizante, na operação de tratores e no transporte dos produtos agrícolas aos consumidores. Com o petróleo persistentemente acima de US\$ 100 o barril, os custos de energia se tornaram o principal fator a direcionar os aumentos dos custos agrícolas.” Op. Cit.

⁷ Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/folha/brasil/ult96u428968.shtml>

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

É irrefutável a vocação brasileira para o desenvolvimento pautado no setor primário. A máxima, porém, não exclui a necessidade de investimentos em tecnologia para o desenvolvimento de novas competências, bem como para corroborar os setores já em pleno vigor.

No Brasil, no entanto, notorizam-se as potencialidades, porém, políticas e ações governamentais ainda mostram-se incipientes no intuito de fomentá-las. No que tange ao agronegócio, o setor é naturalmente promissor, mas muito ainda há que ser feito na tentativa de se garantir condições cada vez mais paritárias de competitividade no âmbito mercadológico internacional. No tocante a Rodada de Doha, revela-se salutar a manutenção de uma postura rígida por parte da diplomacia brasileira e da ala ministerial na tentativa de se manter as prerrogativas de comércio justo já pactuadas preteritamente, uma vez que mantida a posição dos países desenvolvidos, não deve também os emergentes abrirem mão de suas prerrogativas. Eis que diante do impasse e, por conseguinte, do fracasso de Doha, indubitável mostra-se a relevância da consolidação dos acordos regionais bilaterais já existentes, bem como a consecução de novos acordos tendo em vista os cenários pouco otimistas em relação às negociações multilaterais, o que denota, para a economia internacional, um lastimável retrocesso.

No que concerne a crise internacional de alimentos, eis um cenário de grande insegurança em todo o mundo, que também alude para uma discussão que não pode ser desfocada da realidade dos problemas, a discussão sobre a concentração de renda no mundo e a alta excessiva nos preços dos insumos devido ao mercado muito cartelizado. Essa alta, certamente, irá inibir um maior crescimento na produção de grãos nas próximas safras. Isso fará com que os preços se mantenham em níveis gradativamente elevados, fora do alcance das populações mais carentes que sofrem com a grande concentração de renda nas mãos de uma minoria de países desenvolvidos. Desta forma, mais grave do que o risco de faltar alimentos é o de não se ter renda para comprá-los.

Eis que cabe ao Brasil, enquanto país emergente, detentor de grande parte de sua população concentrada em uma grande faixa de pobreza, atentar para a discussão da crise sobre este foco, bem como garantir maior sustentabilidade ao setor agro-exportador brasileiro através de políticas governamentais inclusivas, através de incentivos às cooperativas, aos pequenos produtores e, por fim, a reforma agrária, posto que a crise é também uma oportunidade para se desenvolver políticas e aproveitar o cenário para alavancar as exportações nacionais, envolvendo todas as camadas sociais, garantindo concomitantemente uma distribuição de renda mais equânime e uma maior inserção do país mediante o cenário internacional.

6 REFERÊNCIAS

ANTUNES, Fernando. **Para Lula, crise dos alimentos é "oportunidade extraordinária" para o país**. Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/folha/brasil/ult96u428968.shtml> Acesso em 7 ago 2008.

ARANTES, Pedro. **Escassez de alimentos é passageira?** Disponível em: <http://www.portaldoagronegocio.com.br/conteudo.php?id=23796> Acesso em 8 jun 2008.

BRASIL. **Agência Brasileira de Promoção de Exportações e Investimentos**. Disponível em: www.apexbrasil.com.br Acesso em 12 ago 2008.

BRASIL. Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento. **O SETOR de agronegócio no Brasil**. Disponível em: <http://www.agricultura.gov.br>. Acesso em: 9 jun.2008.

CAPDEVILA, Gustavo. **A Rodada de Doha ficou para trás**. Disponível em: <http://www.mwgloball.org/ipsbrasil.net/nota.php?idnews=3997> Acesso EM 1 ago 2008.

INFORME BB .**Comércio Exterior**. ed. 67, ano 15. 2007.

KRUGMAN, Paul . **Grains Gone Wild**. Disponível em: http://www.nytimes.com/2008/04/07/opinion/07krugman.html?_r=1&oref=slogin Acesso em 15 jun 2008.

LOPES, Mauro Rezende. **Os limites de crescimento do agronegócio**. Conjuntura Econômica. Rio de Janeiro, V.61, n.4, p.24-26, abr.2007.

RODRIGUES, Roberto. **O céu é o limite para o agronegócio brasileiro**. Conjuntura Econômica, Rio de Janeiro, V.60, n.11, p.14-15, Nov.2006.

VALLS, Lia. **Histórico da Rodada Uruguai do GATT**. Rio de Janeiro: UFRJ, 1997, 23 p. Disponível em: www.ie.ufrj.br. Acesso em: 03 dez. 2007.

VALLS, Lia. **O que esperar das negociações comerciais**. Conjuntura Econômica, Rio de Janeiro, V.60, n.12, p.43-45, dez.2006.

UNCTAD. Disponível em: http://www.projetovinculos.org/pt_br/parceiros/unctad.html?Itemid=87 Acesso em 8 jun 2008.